

PENSANDO NA TERRITORIALIDADE INFANTIL EM OCUPAÇÕES URBANAS: INTERSEÇÕES COM A DIMENSÃO EDUCATIVA

Marina e Silva Lima¹
Priscylla Karoline de Menezes²

RESUMO

A pesquisa sobre Geografia da Infância tem experimentado um notável crescimento recentemente, à medida que crianças desenvolvem suas identidades em ambientes diversos. Este estudo explora a relação entre a infância, espaços de resistência e a dimensão educativa. As ocupações urbanas, espaços de resistência criados por movimentos sociais em resposta a disputas territoriais, desempenham um papel crucial nesse contexto. Utilizamos uma revisão de literatura com autores que investigam múltiplas territorialidades infantis e a relação entre crianças e cidades. Esta revisão nos ajuda a traçar conexões entre a relação das crianças com espaços de resistência e a dimensão educativa dentro dessas ocupações urbanas. Um dos aspectos mais interessantes que emergiu deste estudo é a criação de cartografias que revelam como as crianças percebem e se integram com o ambiente ao seu redor. Nas ocupações urbanas, as territorialidades das diversas infâncias podem ser compreendidas por meio do ato de brincar, das formas de integração com o espaço e da autonomia para explorar a comunidade, apesar dos conflitos que possam existir. Além disso, este estudo destaca a importância crucial das atividades educativas voltadas para o público infantil. Estas atividades atuam como uma ponte entre o espaço de vivência das crianças e a escola à qual estão vinculadas, proporcionando uma formação que conecta de forma significativa a realidade cotidiana das crianças.

Palavras-chave: Geografia da infância, Espaços de resistência, Educação

INTRODUÇÃO

Certa vez, enquanto brincava com um grupo de crianças em uma recente ocupação na parte urbana de uma cidade, perguntei-lhes sobre as coisas, espaços e pessoas pelas quais tinham maior afetividade. Um deles, com um sorriso de orelha a orelha, respondeu prontamente: 'Eu gosto da Maria!' Intrigada, questionei o motivo, e então ele pigarreou antes de dizer: 'Porque ela faz um bolo de cuscuz gostoso!'. Assim, em uma decisão unanime pelas crianças presentes, Maria ganhou o prêmio de pessoa favorita, por fazer o melhor bolo de fubá, como é popularmente conhecido o bolo, então chamado de 'cuscuz'.

Trazer o tema sobre territorialidades infantis para emergir no debate, é cruzar e entrecruzar uma gama de subjetividades encontradas no ser criança. O pesquisador, ao se colocar na função de investigador dos espaços em que as infâncias se desenvolvem, atravessa um caminho de reflexão quanto a organização social *in loco*. Aqui propomos trilhar um

¹ Mestranda do curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marina.slima@ufpe.br;

² Doutora, Professora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, priscylla.menezes@ufpe.br.

caminho pela Geografia dos esquecidos, centralizando os estudos nas ocupações urbanas, espaços de resistências marcados por disputas territoriais.

As crianças, ao compartilharem essa realidade com as demais, irão estabelecer uma relação horizontal de identidade entre elas e criar uma relação vertical de identificação com os adultos, constituindo concepções reais que possibilitam a vivência da sua infância não como se quer, mas como se pode dentro da lógica de organização social do grupo. O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança, traços simbólicos carregados por toda vida (Lopes e Vasconcellos, 2006, p. 111).

(Re)pensando sobre a estrutura de moradia brasileira, vamos de encontro a uma configuração desigual e, principalmente, precarizada. Carleial (2016) designa esse fator como algo histórico-estrutural que se alastra no território, enquadrado na disparidade de distribuição de renda populacional. No entanto, além disso, é necessário reafirmar que as múltiplas inequidades que atravessam o acesso à terra ou/e direito à moradia, são imprescindíveis para a construção de bairros desestruturados que crescem na malha urbana das cidades. Nessa linha de pensamento, Cardoso (2016, p. 29) afirma que,

As cidades brasileiras mostram de forma eloquente as desigualdades e as precárias condições de vida da população pobre. Os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja pela via das políticas públicas, sempre foram insuficientes, atendendo, quando muito, apenas parte das necessidades reais da população e usualmente por meio de soluções habitacionais de baixa qualidade e com um escasso grau de acesso e de integração à infraestrutura e aos equipamentos urbanos. Nesse contexto, o acesso à habitação só se viabilizou através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção.

Dentre essas disputas territoriais arraigadas no espaço, tem-se as ocupações urbanas que são o reflexo desses processos, aqui designadas como espaços de resistências. Trilhando um caminho de saberes múltiplos, o território é uma oportunidade para repensarmos a Geografia e suas formas de espacialização.

Mas, onde ficam as infâncias nesse emaranhado de situações? Partindo do pressuposto de que toda criança é criança em algum lugar (Lopes e Vasconcellos, 2006), as infâncias desenvolvidas em ocupações urbanas, referem-se em como as crianças ocupam, vivenciam esses lugares. Nas entrelinhas, as crianças como sujeitos ativos na sociedade e, principalmente, na participação significativa dentro da comunidade a qual fazem parte.

Sob a luz dessas questões, tem-se a dimensão educativa que nessa encruzilhada de sentidos, tem todo um impacto significativo nos espaços de resistências, atravessando caminhos entre ocupação-escola, visto que os saberes construídos a partir do espaço vivido são fundamentais para embarcar em uma educação que eduque para consciência cidadã. Assim, conversando com a realidade do estudante, mas não o aprisionando-o a isso, que a partir do que se é vivido em seu ambiente de pertença, urja um educar fundamentado na liberdade.

O trabalho aqui apresentado se debruça em discorrer sobre os contextos que embarcam as territorialidades infantis em ocupações urbanas, refletindo sobre a interseção educativa que engloba essas experiências singulares. Para tanto, foi feito um recorte teórico sistematizado em tópicos, para melhor discorrer sobre o assunto.

METODOLOGIA

Na ciência, por vezes percorremos (des)caminhos metodológicos que não elucidam os estágios de subjetividades que cada tema acarreta. Se faz imprescindível que enquanto pesquisadores, tentemos ir de encontro a uma reconstrução das linhas engessadas que nos é imposta. Dentro do emaranhado de singularidades que o estudo das infâncias carrega em seu cerne, o percurso tomado para construção desse artigo, primeiramente coincide com o compilado das primeiras aproximações teóricas de meu projeto de mestrado que está em andamento.

Dessa forma, posso afirmar que a pesquisa é realizada de dentro para fora. Como professora de Geografia, examinar o espaço geográfico e suas transformações contínuas é uma prática diária para mim. Isso se soma às diversas experiências que vivenciei ao longo das ocupações urbanas em que estive envolvida. Assim, o que compartilho aqui reflete profundamente uma revisita à minha formação, indo além do ambiente acadêmico. Isso se relaciona diretamente com o percurso que iniciei ao trabalhar nesse campo, especialmente quando concentro minha atenção nas crianças.

Binda e Benavent (2013) versam que a investigação qualitativa é um método que mantém o sujeito ativo na pesquisa, tensionando também, a aproximação entre sujeito-objeto. Assim, a pesquisa é conduzida por esse viés, visto que,

A investigação qualitativa tende a ser mais aberta e flexível, permitindo o seguimento de novas linhas de investigação a coleta de dados adicionais à medida que novas ideias vão surgindo durante o processo de pesquisa (...) dessa maneira, a investigação qualitativa oferece uma oportunidade muito

maior para estudar os processos que tem um lugar na vida social (Binda e Benavent, 2013, p. 182).

No demais, foi feito um apanhado teórico em bancos de dados científicos como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Periódicos Capes, Refseek e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foram utilizadas as seguintes palavras-chave ‘Geografia da Infância’, ‘Territorialidades infantis’ e ‘Educação e movimentos sociais’.

No caminho de idas e vindas, passeando entre teoria-empíria, o artigo vem compondo algumas tessituras que por mim vem sendo tecidas em minha trajetória na curiosidade em investigar as infâncias, destacando as diversas formas das crianças em ocupar o espaço como sujeitos sociais. Importante ressaltar que aos partícipes dos trechos de relatos contados, são dados nomes fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“Pombagira se despede e vai embora
É na boca da mata
É na **encruzilhada** onde ela mora”
(Umbanda)*

Sob a luz das encruzilhadas infantis, estudar sobre as infâncias implica também revisitar a criança que fomos e, por que não, aquela que ainda habita em nós. Perante uma cultura ancestral de matriz africana, cada indivíduo em sua singularidade leva consigo um 'erê' – mensageiros dos orixás, como descritos por Falcão (2010) – que por silêncios impostos, não nos é dito que está intrínseco à infância. Sobre as encruzilhadas, Miranda (2020) explora que estas surgem de encontros, caminhos e territórios.

Para ampliar nosso entendimento, é crucial explicar que um 'erê' é um mensageiro dos orixás na tradição africana, representando a essência da criança interior que todos nós carregamos. Este conceito, elucidado por Falcão (2010), lança luz sobre a profundidade da infância neste universo onde as fronteiras entre o sagrado e o material se entrelaçam de forma sutil.

Miranda (2020), ao falar das encruzilhadas, destaca que estas se manifestam nos encontros que temos, nos caminhos que trilhamos e nos territórios que exploramos. Relacionando isso às territorialidades infantis, percebemos que cada criança, desde o seu nascimento, está em uma encruzilhada de aprendizado, moldando sua visão de mundo e seu lugar dentro da cultura.



Nesse contexto, explorar as encruzilhadas infantis torna-se uma jornada de autoconhecimento, uma chance de revisitar nossa própria infância, entender o 'erê' que levamos conosco, compreendendo como os locais aos quais passamos, moldam nossas experiências.

ENTRECRUZANDO A DIMENSÃO EDUCATIVA COM AS TERRITORIALIDADES INFANTIS NOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

*“Eu vi as criança na beira d'água
Comendo arroz, bebendo água
Eu vi as criança na beira d'água
Comendo arroz, bebendo água”
(Umbanda)*

A educação caracterizada como um ato político e, principalmente, de se fazer política, torna-se imprescindível no processo de desenvolvimento das infâncias. Freire (1967) advoga pela conscientização sociopolítica como uma resposta às disparidades sociais. Para o autor, o papel da escola era equipar o aluno com as habilidades para interpretar o mundo e influenciá-lo de maneira construtiva.

Em consonância com Brito (2008), a pesquisadora discorre que a educação e a cidadania nesse contexto de disputas territoriais devem atravessar uma à outra, estando em sinergia com um currículo que abranja a dimensão político-social do alunado, sustentado pelas entranhas culturais das comunidades as quais fazem parte. Destacando alguns princípios, a autora traz em seu manuscrito a importância de proporcionar uma educação pautada na construção de racionalidade, para que de forma autônoma, corrobore a uma construção identitária alicerçada ao seu contexto social, mas que não esteja restringida a isso.

Alape (2012, p. 153) enfatiza “os processos de construção do conhecimento e as dinâmicas de ensino-aprendizagem, como campos de problematização, territorialização e transformação individual e coletiva desde uma posição ética/política”. Por esse caminho, é importante refletirmos como isso se entrecruza com as ocupações urbanas e as infâncias que lá se territorializam.

Entende-se por territorialidades as relações estabelecidas entre as pessoas ou grupos em um determinado lugar no espaço geográfico. Essa relação está intrínseca as formas de ocupação, reivindicação e, principalmente, as identidades culturais associadas nesse contexto. Mas, onde ficam as crianças nessa história toda? O estudo das territorialidades infantis é importante para

compreender como as crianças percebem e experienciam o ambiente ao seu redor, Lopes e Vasconcellos (2006) abordam que a infância enquanto artefato social, debruçasse-a lógica de organização dos grupos que estão inseridos, suas características, subjetividades.

As crianças, ao compartilharem essa realidade com as demais, irão estabelecer uma relação horizontal de identidade entre elas e criar uma relação vertical de identificação com os adultos, constituindo concepções reais que possibilitam a vivência da sua infância não como se quer, mas como se pode dentro da lógica de organização social do grupo. O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança, traços simbólicos carregados por toda vida (Lopes e Vasconcellos, 2006, p. 111).

Decerto, uma comunidade em desenvolvimento primário carrega em suas entrelinhas um formato de organização único, a dimensão educativa, por exemplo, pode ser entendida de várias maneiras. Sob um olhar geográfico, a espacialidade e as formas de relações sociais que decorrem a partir dele, vão direcionar como as práticas educativas vão sendo estabelecidas nessa realidade (Nogueira, 2018).

Ao buscar por aporte teórico que ampare a temática aqui discutida, senti uma ampla lacuna na discussão sobre o entrecruzamento entre educação e ocupações urbanas. Isso pode ser explicado, de forma genérica, pela então luta dos movimentos sociais urbanos em buscar por soberania nesse quesito. Ainda não há uma estrutura educacional formalizada no cerne das ocupações, fazendo com o que as crianças que as ocupam, tenham que se deslocar para escolas institucionalizadas pelas esferas municipais e estaduais.

Esse fator gera alguns questionamentos: as formas com que as crianças territorializam um espaço marcado por disputas de poder, são levados em consideração nessa educação extramuros a ocupação? Qual o papel dos movimentos sociais frente a essa questão? Qual o papel da escola? Campolina (2019) define a educação para desenvolvimento local, então para se alcançar uma educação emancipatória, deve se ter conhecimento sobre a realidade vivida pelas infâncias, a fim de caracterizar uma educação que irradie conhecimentos voltados as comunidades as quais pertencem.

Há, portanto, a necessidade de a escola compreender as formas como as crianças espacializam suas territorialidades em seu ambiente, a fim de oferecer uma educação que seja relevante e significativa para as comunidades a que pertencem. Isso implica reconhecer as experiências e conhecimentos das crianças e integrá-los no processo educacional, promovendo uma educação que esteja em sintonia com as realidades locais e que empodere as crianças a se envolverem ativamente em suas comunidades.

Nessa encruzilhada, Alape (2012) caracteriza a imprescindibilidade educativa para a construção de cidadãos críticos, correlacionando a dimensão racional, cognitiva, emocional e afetiva. Para crianças que ocupam um espaço de resistência, pensar na integração das suas territorialidades em sinergia com a dimensão educativa, é pensar nas infâncias integradas com a consciência político-social que é (r)existir em uma área de constante disputa territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as complexas dinâmicas das infâncias em ocupações urbanas e a interseção com a educação, torna-se evidente a necessidade urgente de uma abordagem educacional sensível e contextualizada. As crianças que vivem nessas áreas de resistência são sujeitos ativos em suas comunidades, moldando e sendo moldadas pelos espaços que ocupam. Suas territorialidades não podem ser ignoradas, ao contrário, devem ser reconhecidas e integradas no processo educacional.

Neste cenário, os movimentos sociais desempenham um papel crucial ao buscar a soberania no acesso à educação para as crianças em ocupações urbanas. A falta de estruturas educacionais formais não pode ser uma barreira intransponível. Pelo contrário, deve ser vista como uma oportunidade para repensar e reformular as práticas educativas, principalmente ao aguçá-las na própria comunidade.

A educação, quando entendida como um ato político e emancipatório, pode se tornar um instrumento poderoso de resistência. Ela não apenas proporciona conhecimento acadêmico, mas também cultiva consciência crítica, identidade cultural e habilidades para interpretar e transformar o mundo.

Portanto, ao trilhar o caminho das territorialidades infantis em ocupações urbanas, é designar que educadores – seja em contexto formal ou não formal, de pensar uma abordagem educacional que esteja enraizada nas realidades locais e nas experiências das crianças. Somente através desse entendimento profundo e respeitoso das infâncias em contextos de resistência podemos verdadeiramente criar espaços educacionais que promovam o empoderamento das crianças.

REFERÊNCIAS

- ALAPE, Luis Ernesto Vásquez. Actitud y pensamiento crítico. La problematización de los contextos em la Construcción del conocimiento. *Actualidades Pedagógicas*, n. 60, p. 149-169, 2012. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/ap/vol11/iss60/8/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BINDA, Nadia Ugalde; BENAVENT, Francisco Balbastre. Investigación cuantitativa e investigación cualitativa: buscando las ventajas de las diferentes metodologias de investigación. *Ciencias Económicas*, n. 2, p. 179-187, 2013. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/economicas/article/view/12730>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BRITO, Flávia de Fátima. **Movimentos sociais e educação: O mst e uma construção de uma nova pedagogia**. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.
- CAMPOLINA, Pedro Henrique Andrade. Moradia, educação e desenvolvimento para moradores de ocupações urbanas. *Conexão*, Minas Gerais, v. 14, n. 1, p. 56-63, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/conexaociencia/article/view/997>. Acesso em: 31 nov. 2023.
- CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no Brasil. *In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima. (Coord.) Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos brasileiros*, Brasília: Ipea, 2016.
- CARLEIAL, liana. Moradia digna: direito conquistado mas ainda não implementado. *In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima. (Coord.) Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos brasileiros*, Brasília: Ipea, 2016.
- FALCÃO, Christiane Rocha. “**Ele já nasceu feito**” O lugar da criança no candomblé. 2010. 106f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- LOPES, Jader Janer Moreira.; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da infância: territorialidades infantis. *Currículo sem fronteiras*, v.6, n.1, p. 103-127, jan/jun. 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2006/vol6/no1/8.pdf>. Acesso em: 30 abril 2023.
- MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **Educação e território: uma mirada desde da luta de classes**. *Revista Ensino de Geografia (Recife)*, v. 1, n. 1, p. 132-143, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/240418/31706>. Acesso em: 01 nov. 2023.